

Ata Reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Iate Clube de Santa Catarina – Veleiros da Ilha.

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de 2016, às dezenove horas e trinta minutos em segunda chamada, reuniram-se em sua sede social do Iate Clube de Santa Catarina – Veleiros da Ilha, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia: Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, Aprovação de novos sócios, apreciar e votar o Orçamento Anual e a Tabela de Taxas para 2017, Assuntos gerais.

A nominata dos conselheiros presentes está registrada em livro próprio, cabe registrar a justificativa de ausência dos seguintes conselheiros: Sr. Arno Antoni Firman Juk, Edmundo Carlos Grisard, Elson Camisão Ávila Neto, John Josué Vieira, José André Zanella, Marcelo Viana Reitz.

O Presidente do Conselho Deliberativo Sr. Irae Ruhland saudou os presentes e deu início a reunião informando a todos a pauta do dia. Informou a todos que a ata anterior foi encaminhada a todos por e-mail, solicitou quem tivesse manifestação a fazer que se manifestasse, como não houve manifestação a ata foi aprovada.

Passando ao **segundo item da ordem do dia**, “Aprovação de novos sócios”, todos os tramites legais foram cumpridos não tendo nada contra nenhum dos pretendentes, desta forma o conselho aprovou por unanimidade (20 votos) a proposta para admissão de associados proprietários os Srs. Bernardo Schucman e Leandro Ferrari Lobo.

Objetivando a discussão do **terceiro item da ordem do dia**, “Apreciar e votar o Orçamento Anual e a Tabela de Taxas para 2017”, o presidente do conselho deliberativo abriu espaço para que o Comodoro do ICSC fizesse os esclarecimentos pertinentes para subsidiar a votação dos conselheiros.

O Comodoro iniciou a sua fala explicando sobre o orçamento anual de custeio que envolve os custos operacionais do clube e o orçamento anual de investimentos como determina o estatuto novo, teceu informações detalhadas sobre a origem dos recursos do clube, bem como explicou a origem dos recursos oriundos do orçamento anual de custeio, ambas devidamente documentadas e entregues a todos os conselheiros antecipadamente para leitura e conhecimento.

Destacou a leve redução na receita principalmente pela saída de vários veleiros que deixaram o clube, pela inadimplência. Informou que o clube não tem nenhum tipo de empréstimo, principalmente após a quitação da Draga, informando que as principais fontes de recursos são as taxas de ocupação e manutenção e ainda recursos oriundos dos projetos federais de incentivo ao esporte.

Destacou a sua preocupação com a possível evasão de embarcações motivada pela atual situação financeira do país, informando inclusive o zeramento da fila para embarcações no clube na sede central.

No tocante a parte de investimento – Informou o saldo em caixa e fez uma previsão do orçamento para 2017.

Aproveitou a oportunidade para informar as principais ações da comodoria, fazendo destaque sobre a obra de contenção do trapiche sul em fase de aprovação na Fatma. Comentou ainda sobre a aquisição de uma empilhadeira elétrica para a sede de Jurerê, objetivando melhorar a alocação dos espaços com o conseqüente aumento de vagas. Destacou sobre o projeto de adequação dos espaços para os empregados, como também para adequação a acessibilidade, condicionante para concessão de licença ambiental para o ano de 2018.

Informou ainda que os recursos previstos não serão suficientes para todos os projetos, neste momento o conselheiro Sr. Rudney Kupka sugeriu que fosse definido algumas prioridades, respeitando primeiramente as exigências legais, que são as obras de acessibilidade, sugeriu ainda que com a definição das prioridades e com a conseqüente aprovação das mesmas pelo conselho, a comodoria estaria dividindo a responsabilidade.

O conselheiro Sr. Fernando Carioni questionou sobre o valor do bote de serviço e o Comodoro explicou que trata-se de equipamento mais reforçado, por conseqüência com valor um pouco mais alto e também com uma durabilidade bem maior. O conselheiro Rodrigo Silva Boabaid solicitou esclarecimentos sobre a base de cálculo do **item 8** do plano de investimentos de 2017 (*Obras de adequação dos espaços para funcionários e acessibilidade para o salão social*), uma vez que o mesmo representa cerca 30% do orçamento total, o Comodoro por sua vez explicou que a arquiteta fez o projeto, e baseado neste documento foi realizado levantamento do custo estimado da obra. O Sr. Luiz Antônio Machado Maciel Dantas, questionou se esta obra está dentro da condicionante de licenciamento, o Comodoro informou que a obra para a acessibilidade é condicionante para 2018, informando que a obra de adequação do espaço dos empregados não é obrigatória para a licença ambiental.

Questionado sobre o estágio da obra de contenção, esclareceu que foi apresentado projeto na Fatma, projeto este já concluído, disse que o mesmo foi muito bem recebido e com certeza irá cumprir todas as exigências legais, precisando apenas de alguns ajustes que já estão sendo providenciados.

Sobre a empilhadeira foi solicitado explicação se as obras para a guarda dos monotipos estavam contempladas no orçamento, o Comodoro informou que não estavam contempladas, por ser de valor muito baixo e os próprios empregados do clube tem condições de realizar as obras.

O conselheiro Sr. Adalton de Oliveira Novo comentou, que conforme já informado anteriormente cerca de 16 veleiros saíram do clube, provavelmente em função dos custos e fez um informe sobre a elevação das taxas de 2005 a 2016 valores estes acima da inflação. O INPC no período informado teve acréscimo de 92% e as taxas tiveram elevação de 180%, alertando que devemos pensar em outras maneiras para não onerar ainda mais os sócios. O conselheiro Sr. Geraldo Isolda de Mello Castanho, também comentou que o acréscimo nas taxas do clube no período de 2010 a 2016 foi o dobro do IPCA. Na sequência o Sr. Adalton de Oliveira Novo fez um comparativo sobre o custo para manter

embarcação do ICSC em relação a Marina Santo Antônio, o Comodoro fez breve explanação demonstrando que as estruturas são bem diferente e por estes motivos os custos são diferenciados, não cabendo comparação.

O conselheiro Sr. Ildefonso Witoslawski Junior, informou que os veleiros que saíram do clube foram os maiores, motivados principalmente pela diferença de custo pelo tamanho de pés, sugerindo que os valores fossem iguais, e cada um pagaria apenas pelo espaço ocupado sem a utilização de uma tabela progressiva de valor pelo tamanho da embarcação. Sobre o mesmo assunto levantado, outros conselheiros se manifestaram e em seguida o Presidente do conselho interveio solicitando que voltássemos para pauta do dia. O Comodoro continuou a sua apresentação da proposta com a origem dos recursos para a execução dos investimentos para o ano de 2017, como também do plano de custeio, solicitando aprovação ao conselho da aprovação de um acréscimo de 11,5% para equalizar o orçamento do ICSC. O conselheiro Sr. Rudney Kupka, levantou a possibilidade de readequação da taxa de ocupação do salão de festas e espaço gourmet, informando que a pequena utilização deve-se principalmente aos custos praticados, provavelmente se for cobrada uma taxa que contemple os custos fixos do clube, a possibilidade de utilização dos espaços seria muito maior. O conselheiro Sr. Henrique Scharf fez uso da palavra para informar sobre a utilização dos pais de alunos da escolinha de vela como se fossem sócios, informou que os filhos vão praticar o seu esporte com a supervisão de um professor contratado pelo clube, e os pais que não são sócios utilizam o clube de forma indevida, ocupando espaços que não deveriam ocupar, informou que como acontece em outros locais os pais deixam os seus filhos sob a supervisão do professor e vão buscar os mesmos após o término das suas atividades, neste momento houve a intervenção de outros conselheiros com posição contrária, como o Sr. André Otto da Fonseca, informando que alguns destes pais após conhecer o clube se tornaram sócios, motivo pelo qual discordou da posição do Sr. Henrique Scarf. O conselheiro Sr. Henrique Scarf novamente solicitou que constasse em ata a sua manifestação e que fosse normatizado com urgência a utilização de não sócios nas dependências do clube. Mais uma vez o Presidente do conselho Sr. Irae Ruhland solicitou que voltássemos a pauta do dia e perguntou se alguém teria mais algum questionamento sobre os orçamentos apresentados. Desta feita fizeram uso da palavra os seguintes conselheiros: Sr. Adalton de Oliveira Novo, Sr. Rodrigo Silva Boabaid, Sr. Geraldo Isolde de Mello Castanho, que por sua vez questionou sobre o valor dos alugueis dos prestadores de serviços, sugerindo que os valores fossem revistos. Sr. Inácio Vandresen concordou com os esforços da comodoria para adequar as despesas e conseguir equilibrar as finanças, e perguntou se existe a possibilidade de encontrar esta equalização das despesas x receitas com um reajuste em torno de 10%, o mesmo índice previsto para o reajuste dos empregados do clube, o Comodoro reafirmou que foram realizadas várias simulações e chegou a conclusão que se o índice de reajuste ficar abaixo do sugerido, provavelmente teremos alguns reflexos, informou que os custos com empregados e terceirizados representam quase 60% dos custos e os custos de manutenção são bastante elevados, dando como exemplo o custo de manutenção dos tratores.

Sr. Luiz Carlos Furtado Neves, fez um relato sobre a situação atual mostrando que estamos passando por uma crise sem precedentes e os reflexos são sentidos por todos nós, lembrou que devemos estar preparados para situações talvez mais difíceis que a atual, com a possibilidade de mais evasão de sócios e a consequente redução das receitas. Lembrou que deveremos estar preparados para ações talvez mais enérgicas e rever conforme a situação se apresentar, o que queremos e poderemos fazer para manter o nosso clube, ressaltando ainda a situação que estamos pagando a conta e alguns estão se utilizando da estrutura do clube sem pagar.

Sr. Rodrigo Silva Boabaid questionou se foi realizado estudo para verificar a viabilidade econômica de investir R\$ 50.000,00 em uma empilhadeira e quanto tempo este valor retornaria ao clube, o Comodoro esclareceu que no orçamento de 2016 já tinha tentado colocar este investimento e não foi possível, informou ainda que espera o retorno não financeiro, mais sim, o retorne de bem atender aos sócios, informou o caso de um sócio que comprou um monotipo e não teve espaço para o mesmo na sede de Jurerê e por este motivo vai se retirar do clube.

Relatou que estes sócios permanecendo no clube e sendo bem atendidos geram mais receita que simplesmente um cálculo financeiro de viabilize custos x receita.

Ato seguinte o Sr. Luiz Antônio Machado Maciel Dantas fez a seguinte arguição sobre o plano de investimento: no item 2 (*obras de restauração nos galpões de vela da sede central*), considerou como essencial, item 4 (*Adequação as instalações de Jurerê as normas ambientais*) considerou também como essencial e obrigatória, item 7 (*Empilhadeira elétrica para Sede Jurerê*) necessária e item 8 (*Obras de adequação dos espaços para funcionários e acessibilidade para o salão social*), juntas montam R\$ 390.000,00, considerando o saldo em caixa mais a receita projetada com a venda de títulos, se a mesma se confirmar na íntegra, teríamos uma sobra de R\$ 47.000,00, o que considerou muito baixo, uma vez que com a situação de crise amplamente anunciada não acredita que a receita da venda de títulos seja realizada. Partindo desta premissa perguntou ao Comodoro se tínhamos outro plano para contemplar tal situação, querendo entender esta situação para poder se posicionar. O Comodoro informou que se esta premissa não se realizar, deveremos mexer na estrutura de custos do clube necessariamente, citando como exemplo a redução do tempo da disponibilização dos serviços, citou que a guarda armada representa R\$ 120.000,00 ao ano, porém fica receoso de mexer neste custo em função do quesito segurança.

Sr. Fernando Carioni questionou que não encontrou nenhuma verba provisionada para o passivo trabalhista e não tinha encontrado nenhuma verba que contemplasse este item, o Comodoro informou que está locado na conta “outras despesas” - despesas judiciais. O Sr. Carlos Alberto da Silva Junior, esclareceu ao Comodoro que havia uma solicitação do conselho para colocar em pauta de reunião o assunto Passivo trabalhista, o Comodoro esclareceu que a Ata do conselho com esta solicitação ainda não havia sido aprovado, motivo pelo qual não houve a demanda de forma oficial por parte do conselho. O Sr. Rodrigo Silva Boabaid, fez explanação informando que em maio de 2016 a comodoria baixou uma portaria aumentando em 40% a taxa para quem tem mais de uma embarcação na sede Jurerê, desta forma solicitou que esta multa fosse extinta. O Sr. Inácio Vandresen fez uso da palavra e solicitou a todos apoio a comodoria para que seja acatada a proposição da comodoria. O Sr. Luiz Fernando Bianchini fez o seu comentário solicitando apoio geral em nome da tradição do clube. Mais uma vez o Presidente do conselho solicitou a todos para se ater a pauta, o Sr. Henrique Scarf deu apoio a proposição do Sr. Inácio Vandresen quando solicitou apoio ao Comodoro, e informou que quando teceu o seu comentário sobre a utilização da sede de Jurerê, em momento algum foi contra a utilização do clube pelas crianças e sim pela utilização dos pais das crianças não sócios. Solicitou ainda, que ficasse registrado que este conselho pensasse no clube como uma empresa ou então daqui a alguns anos não teremos mais o clube nas condições atuais, e sim um clube provavelmente falido, sugerindo o auxílio de um técnico executivo para auxiliar o Comodoro na administração, após seus comentários consignou o seu voto de apoio a solicitação da Comodoria Sr. Adalton de Oliveira Novo perguntou se o reajuste for igual a inflação do período se seria possível administrar o clube, o Comodoro mais uma vez informou que a taxa de reajuste proposta já foi projetada considerando o mínimo necessário para ajustar o orçamento.

O Sr. Luiz Antônio Machado Maciel Dantas propôs, primeiramente sobre a proposta de investimento, limitá-la ao saldo da receita mais as receitas previstas a venda de títulos, priorizando o item 2,4,7 e 8, com esta consideração e verificando na tabela a sobra irrisória, não tem como não se aprovar nada menor que o proposto pela comodoria. Propôs aprovar, porém limitando o plano de investimentos a somatória dos itens elencados no início do seu comentário. O Sr. Rudney Kupka concordou com a proposta do Sr. Luiz Antônio Machado Maciel Dantas, porém com o acompanhamento da situação quadrimestralmente, o Comodoro informou que isto já é realizado pelo conselho fiscal e pela auditoria, porém o Sr. Luiz Antônio Machado Maciel Dantas informou que a proposta do Sr. Rudney Kupka é diferente do que faz a auditoria ou o conselho fiscal, a proposta é mais ampla, no que tange acompanhar e propôs ajustes pontuais, o conselho fiscal aprova as contas, porém não tem condições de deliberar e propor e aprovar mudanças, o que seria realizado somente pelo conselho deliberativo.

O Sr. Inácio Vandresen novamente solicitou um voto de confiança e informou que o conselho fiscal tem plenas condições de verificar as contas e se for o caso sinalizar a Comodoria algumas ações necessárias para a possível correção se este for o caso. O Sr. Rodrigo Silva Boabaid, fez novamente uso da palavra para solicitar que a taxa de 40% aprovada pela portaria da comodoria fosse votado em separada, como em consenso foi a votação do orçamento para o ano de 2017, então a votação será de unificada, desta forma o Sr. Rodrigo Silva Boabaid informou que vai se abster de votar por questões de interesse próprio, então foi sugerido que este assunto fosse discutido em assuntos gerais. O vice presidente do conselho Sr. Pedro Medeiros de Santiago informou que temos que nos ater exclusivamente aos assuntos da pauta e qualquer outro assunto não deve interferir na votação, deixando-os para a pauta da reunião seguinte. O Sr. Luiz Antônio Machado Maciel Dantas evocou no art. 59 § 1º “ Da pauta das reuniões ordinárias constará, obrigatoriamente, item relativo a assuntos de interesse geral, que deverão ser encaminhados à Mesa Diretora antes da abertura da reunião, cabendo a esta analisar, à luz das disposições estatutárias, a pertinência e oportunidade. Sendo indeferida, a matéria apresentada deverá constar, obrigatoriamente, da pauta da próxima reunião ordinária”. Informou que por obediência ao estatuto temos que nos limitar a votar o que está na pauta exclusivamente. O Secretário do conselho Sr. Rudney Kupka fez esclarecimentos sobre o procedimento para inclusão de propostas para a pauta de reunião. Antes da votação o Sr. Fernando Carioni esclareceu que devemos votar a proposta da comodoria, se esta não for aprovada, então entra em votação outra proposta com ajustes propostos.

Colocada em votação, a proposta com reajuste de 11,5% encaminhada pela comodoria foi aprovada por maioria. Os conselheiros Sr. Luiz Fernando Lima Beltrão, Sr. André Otto da Fonseca e Sr. Adalton de Oliveira Novo, consignaram a sua aprovação aos índices de inflação.

Sr. Secretário fez uso da palavra, agora em assuntos gerais para ler a proposição do sócio Sr. Ronan Costa Koerich, fazendo referência ao art.22, VI do Estatuto do ICSC, onde solicita 50% de desconto das taxas referente ao seu título. Após alguns esclarecimento no tocante ao aspecto jurídico prestado pelo Sr. Fernando Carioni, o Presidente do conselho colocou o assunto em votação e o mesmo foi indeferido por unanimidade.

O Sr. Charles Fernando Schroeder, sugeriu uma alteração estatutária para o sócio que desejasse se retirar do ICSC, pudesse entregar o seu título para o clube, se desonerando a partir daquele momento e o clube na medida que fosse vendendo os seus títulos, o sócio em pauta seria ressarcido por um percentual pré-estabelecido sobre o valor do título do clube, evitando assim a desvalorização dos títulos, solicitou que esta proposta fosse levada aos advogados do clube para uma avaliação.

O Comodoro fez uso da palavra para dar avisos gerais sobre o aniversário do clube, prestou esclarecimentos sobre uma demanda do conselho referente a inadimplência, entregando ao Presidente do Conselho a lista com os inadimplentes.

Sobre a demanda do Sr. Fernando Carioni em referência a denúncia realizada ao ministério público, informou que foi verificar sobre o denunciante e até o presente não foi possível conseguir tal informação. O Sr. Geraldo Isolde de Mello Castanho, solicitou que fosse colocado na pauta da próxima reunião o assunto referente aos valores proporcionas cobrados por embarcações em relação aos espaços ocupados. Não havendo mais manifestações a respeito de qualquer tema, o Senhor Presidente do Conselho Deliberativo deu por encerrada a reunião solicitando a mim, Rudney de Oliveira Kupka, Secretário do Conselho Deliberativo, que lavrasse a presente ata, que após aprovada é assinada pelos integrantes da mesa diretora da reunião.

Florianópolis, 28 de novembro de 2016.

Irae Ruhland
Presidente do Conselho Deliberativo

Pedro Medeiros de Santiago
Vice-Presidente

Rudney de Oliveira Kupka
Secretário